

# Dia do Trabalhador nasce com luta pela redução da jornada

Foto: Arquivo

Existiu um tempo que crianças, homens e mulheres trabalhavam 12, 15 e até 18 horas diárias. Massacrados pela longa jornada, em ambientes desumanos, eles dormiam diante das máquinas, adoeciam, e muitos morriam ou ficavam mutilados pelos acidentes. Folga nos finais de semana? Férias? Nem pensar... Fora das fábricas, a vida era igualmente dura.

Reagir contra a opressão era uma questão de sobrevivência e honra, e foi o que fizeram os trabalhadores. Nas primeiras décadas do século XIX, os operários dos países industrializados lançaram a primeira grande luta de classe e que deu origem ao Dia Internacional dos Trabalhadores: a mobilização pela redução da jornada para oito horas. Repressão, sangue e milhares de



mortes marcaram esta luta, que durou mais de cem anos.

A Inglaterra foi palco da primeira greve geral da história, em 1842, com a reivindicação da redução da jornada. Já a França reuniu mais de 100 mil operários numa greve, em

1840, pela redução da jornada. A burguesia logo proibiu as greves, os trabalhadores e estudantes ocuparam Paris com barricadas, milhares foram fuzilados. A bandeira vermelha passou a ser usada como símbolo do banho de sangue.

## O massacre de Chicago

Em 1º de maio de 1886 houve a primeira greve geral dos Estados Unidos pelas oito horas. Na cidade de Milwaukee a polícia matou nove grevistas, em Chicago foram sete mortos. A greve continuou e a repressão deixou centenas de feridos, dezenas de mortos e sete lideranças sindicais presas em Chicago, cinco condenadas à forca. O 1º de maio passou a ser a data oficial para manifestações em todo o mundo. A conquista das oito horas veio décadas depois, em 1920.

## No Brasil

O decreto que o presidente Getúlio Vargas assinou em 1932 das oito horas diárias para os trabalhadores urbanos custou muitas lutas.

Em 1890 aconteceu a pri-

meira manifestação do 1º de maio, reivindicando as oito horas. Quatro anos depois, em 1894, a polícia prendeu as lideranças políticas e sindicais da 2ª Conferência dos Socialistas. A partir de 1903 as greves se intensificam no Dia do Trabalhador, marcadas por ataques da polícia.

## Hoje, repressão em Minas

As lutas se ampliaram e os trabalhadores foram conquistando mais direitos. Lúcio Guterres, presidente da CUT-MG e diretor do Sindieletro, lembra que nos últimos 70 anos da história do Brasil, 35 foram de ditadura, mesmo assim, os trabalhadores conquistaram o seguro-desemprego, o FGTS, 13º salário, licença maternidade, Previdência Social, regulamentação das condições de saúde e segurança e de seus sindicatos.

No caso dos eletricitários, direitos como plano de saúde, Maria Rosa, fundo de pensão, 40 horas semanais, dentre outros. Apesar de tudo, em Minas a repressão às lutas dos trabalhadores é pior que nos tempos de ditadura, com tiroteio contra metalúrgicos, proibição de atos na Praça da Liberdade e de acesso à Cemig e Copasa.

*“As relações entre os dirigentes sociais e sindicais com o governo e empresas é de muita truculência, a polícia militar age para provocar e massacrar. Temos uma liderança estudantil presa, incomunicável, e dirigentes sindicais são processados”, revela. Lúcio diz ainda que, “é este governador (Aécio Neves), que deseja ser presidente sem ter maturidade política para conviver com a oposição de idéias e com grande aptidão para a tirania. Neste 1º de maio vamos refletir sobre tudo isso”.*

## Mais pessoas trabalhando por menos horas

A luta pela redução da jornada de trabalho começou no século XIX, mas até hoje é um dos principais desafios para os trabalhadores brasileiros. Isso porque o Brasil tem uma das maiores jornadas do mundo, que vem se alongando nas últimas décadas, em função dos acréscimos de horas extras trabalhadas.

Diminuir o número de horas trabalhadas significa maior qualidade de vida e ampliação das oportunidades de emprego para milhões de pessoas. São esses os objetivos da campanha unificada da CUT, CGT e Força Sindical, que propõe reduzir a jornada

de trabalho de 44 para 40 horas semanais.

Um estudo feito pelo Dieese mostra, de forma aproximada, o efeito dessa mudança sobre o emprego. Basta considerar que temos cerca de 24 milhões de trabalhadores no mercado formal e que entre esses, há 70% trabalhando acima de 40 horas semanais, portanto, cerca de 17 milhões.

Se a redução da jornada é de 10% do período de trabalho, essa é a porcentagem necessária de postos de trabalho para manter a produção no mesmo nível. Desta forma, a redução da jornada gerará até 1,7 milhões de empregos.

Mesmo com esses dados, a resistência dos empresários ainda é grande. O principal argumento utilizado é o de que seus custos subirão se a jornada cair sem que os salários sejam da mesma forma reduzidos. Para o Dieese, esse argumento não procede.

A falácia está no fato de que o aumento da produtividade reduz os custos da força de trabalho. Assim, os custos só aumentariam se não houvesse crescimento prévio da produtividade, ou se a redução da jornada fosse maior do que o crescimento da produtividade.

No caso brasileiro, a produtividade cresceu: 19% desde

1992 até 1998, segundo dados do IBGE. Um estudo recente da OIT concluiu que a produtividade industrial cresceu 48% de 1989 a 1996.

Logo, uma redução da jornada de 10% representa pouco mais da metade do que já foi apropriado pelas empresas.

Mas representa muito para os 1,7 milhões de trabalhadores que poderão ter um emprego em prazo muito curto e aos incontáveis outros que serão absorvidos porque a nova composição da produção exige mais trabalhadores com a jornada menor.

# Uma cara nova para o velho golpe de retirar direitos dos trabalhadores

Fotos: Benedito Maia



Lúcio Guterres, durante a manifestação na Praça Sete

*Emenda 3 e Projeto de Sandro Mabel voltam a testar a capacidade de organização dos trabalhadores em defesa da CLT e da Constituição*

O embate entre capital e trabalho atravessou o século 20 e ainda exige forte mobilização dos trabalhadores. Mais de 50 anos após as conquistas da CLT, as leis trabalhistas ainda incomodam empresários e sofrem ataques constantes, quase sempre através do lobby dos empresários no Congresso Nacional.

O desafio da classe trabalhadora, hoje, é barrar a Emenda 3 e a aprovação do Projeto de Lei 4330/04, de autoria do depu-

tado Sandro Mabel (PR-GO), artifícios da bancada patronal para tentar retirar direitos históricos dos trabalhadores.

A mobilização nacional em apoio ao veto presidencial à Emenda nº 3, sinaliza a gravidade da manutenção da medida, que proíbe auditores fiscais de multar empresas que contratam profissionais através de empresas de “uma pessoa só”.

A Emenda foi anexa ao Projeto de Lei da Super Recei-

ta para burlar o vínculo de emprego e impedir o Fisco de agir antes de uma decisão judicial. Ainda não há data prevista para votação do veto do presidente, mas o assunto é tão grave que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) alerta para o risco de retrocesso no combate ao trabalho escravo no Brasil, caso a Emenda seja implementada.

## Novas ameaças rondam trabalhadores brasileiros

Como estão em jogo interesses estratégicos da classe trabalhadora, as centrais sindicais retomaram a unidade realizando, em abril, duas grandes mobilizações contra a Emenda 3.

No último dia 23, foram realizados eventos em todo o país. Em Minas Gerais os protestos foram liderados pela CUT com ato público e distribuição de informativo com o nome de todos os deputados mineiros que votaram a favor e contra a Emenda 3.

A direção da CUT já avisou que convocará quantas manifestações e greves forem necessárias para evitar um retrocesso em relação às conquistas da CLT e da Constituição de 1988. Segundo o vice-presidente nacional da CUT, Wagner Gomes, a mobilização já surte efeito junto aos parlamentares e deve ampliar com greve geral no dia de votação do veto presidencial.

Wagner acredita que, apesar de dominado pelo interesse patronal e do voto secreto, o Legislativo manterá o veto presidencial, evitando o embate

com o presidente Lula. “Na primeira votação da Emenda, em fevereiro, muitos deputados não entenderam bem o que estava em debate. Com o esclarecimento feito nas últimas semanas, a bancada de apoio ao governo deve garantir a manutenção do veto presidencial”, avalia.

A implementação da Emenda 3 mudará todo o sistema de trabalho brasileiro, com duplo prejuízo aos trabalhadores que perderão direitos como férias e 13º salário e ficarão sem recursos para manter a Previdência por causa da sonegação fiscal. A direção da CUT alerta para a inconstitucionalidade da Emenda, que condiciona a fiscalização e inspeção do trabalho, funções típicas do Executivo, à decisão prévia do Poder Judiciário.

### Batalha no Congresso

O Projeto de Lei de Terceirização de Sandro Mabel, apresentado em 2004, não tem previsão de ir ao plenário, mas já acende o conflito entre representantes dos trabalhadores e

dos empresários. Sob o pretexto de regularizar novas relações de trabalho, o Projeto escancara as portas para a terceirização, inclusive de atividade-fim, e retira toda a proteção ao trabalhador terceirizado.

Enquanto a CUT discute a fraude em muitas terceirizações, Mabel tenta diminuir os riscos para as empresas e legalizar inúmeras situações que pelos enunciados do Tribunal Superior do Trabalho são tidas como ilícitas.

O Projeto retira o vínculo de emprego com a contratante em qualquer ramo de atividade e regulamenta as fraudes ao permitir sucessivas contratações do trabalhador por diferentes empresas prestadoras de serviços para a mesma con-



Painel mostra como votaram os deputados

tratante. O Projeto também admite a terceirização dentro das próprias empresas de terceirização, uma espécie de “quarteirização” de mão-de-obra.

Para o vice-presidente nacional da CUT, Wagner Gomes, a aprovação deste Projeto transformaria a terceirização, hoje ainda relativamente reservada, a uma prática ampla e irrestrita. “Após vencer a batalha contra a Emenda 3, nosso desafio é barrar este Projeto que rebaixaria salários e impor a máxima do ‘liberou geral’ nas relações de trabalho”, explica.

PROGRAMA-SE

Show com Bilora Nas Entrelinhas

Homenagem do Sindieleto ao Dia do(a) Trabalhador(a)

Dia 4 de maio, 6ª feira às 20 horas, no Espaço Cultural do Sindieleto (rua Mucuri, 271, Floresta, Belo Horizonte)

Entrada Franca

Retire seu ingresso no Sindieleto.

Outras informações Telefone: (31)3238.5000

